



Curso de Especialização em: **Direito e Processo do Trabalho**
Estrutura Curricular – componente curricular/carga horária.

MODULO I: FUNDAMENTOS	
Direito do Trabalho: passado e futuro	32 h/a
Direito Econômico e Internacional do Trabalho	32h/a
<i>Compliance</i> Trabalhista e LGPD	32h/a
Novos Paradigmas Hermenêuticos do Direito do Trabalho	32h/a;
Carga horária total	128h/a
MODULO II: DIREITO DO TRABALHO e SEGURIDADE	
Direito Previdenciário	32 h/a
Relação de Emprego e Contrato de Trabalho	32h/a
Contrato de Trabalho e CLT	32h/a
Direito Sindical e Negociação Coletiva	32 h/a
Carga horária total	128h/a
MODULO III: DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO	
Prevenção e Solução de Conflitos Trabalhistas	32 h/a
Procedimento Comum e Especial	32 h/a
Recursos Trabalhistas	32h/a
Execução Trabalhista	32 h/a
Carga horária total	128h/a
MODULO IV: Aplicação do Conhecimento	48h/a
Carga horária total	432h/a



IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina:** Direito do Trabalho: passado e futuro.
2. **Carga Horária:** 32H/A
3. **Ementa:** O modelo responsabilidade social da empresa de acordo com o ordenamento jurídico brasileiro. A função da empresa na criação e implementação de Ações Afirmativas. A responsabilidade social na esfera das relações de trabalho
4. **Objetivo:** estimular a pesquisa e o estudo de questões relativas as relações de trabalho, com ênfase no contrato de trabalho, segundo a importância deste importante negócio jurídico no mundo contemporâneo, notadamente em face as novas realidades, impondo-se assim uma análise sob nova ótica.

5. Conteúdo Programático:

- 5.1 Panorama geral do Direito (Individual e Coletivo) do Trabalho e do Processo do Trabalho na atualidade.
- 5.2. A História do Trabalho e as relações de trabalho no ambiente capitalista
- 5.3. Globalização e integração econômica no mundo do trabalho
- 5.4. Análises sociológicas e econômicas das novas configurações do trabalho
- 5.5. ESG – Direitos Humanos, empresa, trabalho e renda: desafios e oportunidades
- 5.6. Direito Empresarial do Trabalho. Função da empresa e do trabalho
- 5.7. Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda no Brasil.
- 5.8. O futuro do trabalho e do Direito do Trabalho

6. Bibliografia:

Básica:

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2003.

SCHWAB, Klaus. A Quarta Revolução Industrial. 1. ed. São Paulo: Edipro, 2018.



Complementar:

AZEREDO, B. Políticas públicas de emprego: a experiência brasileira. São Paulo: Abet, 1998.

BAUMAN, Zygmunt; MAY, Tim. Aprendendo a pensar com a sociologia. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BERCOVICI, Gilberto. Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da constituição de 1988. São Paulo: Malheiros, 2005.

BERCOVICI, Gilberto. Planejamento e políticas públicas: por uma nova compreensão do papel do Estado. In: BUCCI, Maria Paula Dallari (org). Políticas Públicas: Reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2007.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. Da Administração Pública Burocrática à Gerencial. Revista do Serviço Público, 47(1) janeiro-abril 1996. Trabalho apresentado ao seminário sobre Reforma do Estado na América Latina organizado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado e patrocinado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (Brasília, maio de 1996). Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1996/95.AdmPublicaBurocraticaAGerencial.pdf>>.

BAGNOLI, Vicente. Direito e poder econômico: os limites jurídicos do imperialismo frente aos limites econômicos da soberania. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

ACIOLY, Leão, Luciana; LEÃO, Rodrigo P. F. (orgs.) Crise Financeira Global: mudanças estruturais e impactos sobre os emergentes e o Brasil. Livro 2. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_crisefinanceira.pdf>.

FERRARI, Irany; NASCIMENTO, Amauri Mascaro; SILVA FILHO, Ives Gandra Martins da. História do trabalho, do direito do trabalho e da Justiça do Trabalho. 3 ed. São Paulo: LTr, 2011.

BATISTA, Erika. Fordismo, Taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. III Simpósio Lutas Sociais na América Latina: "Trabalhadore(a)s em movimento: constituição de um novo proletariado?". GEPAL, UEL Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf>.

LEITÃO, Miriam. A Saga Brasileira. A Longa Luta de um Povo por sua Moeda. São Paulo: Record, 2011.

LEMOS FILHO, Arnaldo. BARSALINI, Glauco, VEDOVATO, Luís Renato. Sociologia Geral e do Direito. 7 ed. Capítulo 3, 4 e 5. Campinas: Alínea, 2018.

MAGNOLI, Demétrio; BARBOSA, Elaine Senise. Liberdade versus Igualdade. O mundo em desordem. V. 1. 1914-1945. São Paulo: Record, 2011.

POCHMANN, Marcio. Aperfeiçoando o Estado social. Jornal Valor Econômico. 12 mai. 2011. Disponível em: <<https://quemtemmedodademocracia.com/2011/05/12/aperfeicoando-o-estado-social/>>.

SILVA, Ilse Gomes. Democracia e Participação na Reforma do Estado. São Paulo: Cortez, 2003.



SOUTO MAIOR, Jorge Luiz. A Fúria. Revista TST, Brasília, v. 68, n. 3, pp. 96-137, jul/dez, 2002.

Disponível em:

<https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/70730/006_souto_maior.pdf?sequence=1>.

SOUTO MAIOR, Jorge Luiz; CORREIA, Marcus Orione Gonçalves. O que é direito social? In: CORREIA, Marcus O. G. Curso de Direito do trabalho, vol.1: Teoria geral do direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2007, p. 13-40.

SPINELLI, Rodrigo. O novo modelo de trabalho escravo criado pela sociedade moderna. Revista de Direito do Trabalho: RDT, v. 35, n. 136, p. 163-177, out./dez. 2009.

SÜSSEKIND, Arnaldo. História e perspectivas da Justiça do Trabalho, In: Revista TST, Brasília, vol. 67, nº 4, out/dez 2001, pp. 15-27. Disponível em:

<https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/20.500.12178/51480/001_sussekind.pdf?sequence=1>

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina: Direito Econômico e Internacional do Trabalho**
2. **Carga Horária:** 32h/a
3. **Ementa:** A partir do levantamento e exame das normas que versam sobre Direitos Humanos e Fundamentais na ordem internacional e sua internalização, a perspectiva da disciplina explorará os aspectos constitucionais e econômicos consolidados na tutela individual, coletiva e econômica do trabalho, também com viés no Direito Econômico; consagrando a noção de que o Direito do Trabalho é Direito Fundamental, a partir da análise internacional (OIT) e constitucional, afinal, os direitos laborais põem-se diante dos novos obstáculos surgidos no mundo do trabalho com o aprofundamento da internacionalização do processo econômico e seus efeitos nas relações de trabalho.
4. **Objetivo:** estimular a pesquisa e o estudo de questões relativas as relações de trabalho, com ênfase no Direito Constitucional Econômico, no Direito Internacional do Trabalho e no contrato de trabalho, segundo a importância deste importante negócio jurídico no mundo contemporâneo, notadamente em face as novas realidades, impondo-se assim uma análise sob nova ótica.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Constitucionalismo Econômico e Social

5.2. Direitos Humanos e Constituição

5.3. O Sentido da Intervenção do Estado nas Relações de Trabalho

5.4 O trabalho enquanto elemento constitucional-econômico brasileiro: princípios norteadores.



5.5. Direito Coletivo do Trabalho e Ordem Econômica

5.6. Direito fundamental ao trabalho e a busca do pleno emprego

5.7. Erradicação do Trabalho infantil e do trabalho escravo

5.8. Direito Internacional do Trabalho. Organização Internacional do Trabalho: Conferência Internacional, Conselho de Administração e Repartição Internacional.

5.9. Função normativa da OIT e a eficácia das normas internacionais de direitos humanos e fundamentais

6. Bibliografia:

Básica:

CANOTILHO, J. J. Gomes; CORREIA, Marcos O. G.; CORREIA, Érica Paula B. (coords.). Direitos Fundamentais Sociais. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015

DIMOULIS, Dimitri; MARTINS, Leonardo. Teoria Geral dos Direitos Fundamentais. São Paulo: Atlas, 2018.

HUSEK, Carlos Roberto. Curso de Direito Internacional Público. São Paulo: LTR, 2019.

SÜSSEKIND, Arnaldo. Convenções da OIT e Outros Tratados. 3. ed. São Paulo: LTR, 2007.

TANAKA, Sônia Yuriko Kanashiro (coord). Direito Constitucional. E-book. São Paulo: Malheiros, 2015.

Complementar:

CANOTILHO, J. J. Gomes. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 7 ed. Coimbra: Almedina. 2007.

DELGADO, Gabriela Neves. Direito fundamental ao trabalho digno. 2 ed. São Paulo: LTr, 2016.

MAZZUOLI, Valerio de Oliveira. Direito Internacional Público - parte geral. 11 ed. São Paulo: RT, 2018.

REZEK, José Francisco. Direito Internacional público: curso elementar. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direitos Fundamentais na Constituição Federal de 1988. 10 ed. Livraria do Advogado, 2015

SILVA, José Afonso. Comentário Contextual à Constituição. 9 ed. São Paulo: Malheiros. 2014.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Liberdade sindical e representação dos trabalhadores nos locais de trabalho. São Paulo: LTr, 2000.

TAVARES, André Ramos. Direito Constitucional Econômico. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: Compliance Trabalhista e LGPD

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: A disciplina divide-se em duas partes. Compliance Trabalhista e LGPD. No Compliance Trabalhista, estruturaremos os principais elementos do Compliance, com a finalidade de viabilizar as competências necessárias à implementação de um programa de integridade (receber denúncias, apurar e processá-las internamente). No estudo da LGPD, abordaremos o objeto, fundamentos, conceitos, agentes, princípios e bases legais. Mostraremos como deve ser operada a governança de dados e informações atinentes às relações de emprego.

4. Objetivo: estimular a pesquisa e o estudo de questões relativas ao Compliance Trabalhista e LGPD, com ênfase no acoplamento do Compliance Trabalhista ao Compliance já existente, para efetivamente demonstrar a integridade da empresa nas relações de emprego. Além disso, no estudo da LGPD, iremos habilitar os alunos na governança de dados relativas às relações de emprego. A ideia é harmonizar os contratos de emprego, bem como seu desenvolvimento com as novas necessidades de transparência e de limites nas operações das informações.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Compliance

5.2. Compliance Trabalhista

5.3. Compliance Sindical

5.4. Sistema de Gestão de Compliance

5.5. Compliance e contrato de trabalho

5.6. Compliance e contratação.

5.7. Compliance e demissão com justa causa e sem justa causa.

5.8. Lei geral de proteção de dados – LGPD

5.9. Governança de dados

5.10. Implementação da LGPD nas relações de emprego

6. Bibliografia:

a. Básica:



MESSA, Ana Flávia MESSA; DOMINGUES, Paulo de Tarso (Orgs.) Governança, Compliance e Corrupção. 1.ed. São Paulo: Almedina, 2020.

MARTINS, Sérgio Pinto (Coord.). Compliance no Direito Trabalhista. 1. ed. v. 6. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020.

CARLOTO, Selma. Compliance Trabalhista. 2. ed. São Paulo: LTr, 2020.

DELGADO, Maurício Godinho. Curso de Direito do Trabalho: obra revista e atualizada conforme a lei da reforma trabalhista e inovações normativas e jurisprudenciais posteriores. 18ª Edição. São Paulo: LTr, 2019.

b. Complementar:

PINHEIRO, Patrícia Peck. Proteção de Dados Pessoais: Comentários à Lei N. 13.709/2018 (LGPD). São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

MALDONADO, Viviane Nóbrega; BLUM, Renato Opice (coords). LGPD: Lei Geral de Proteção de Dados comentada. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

CANDEMIL, Alexandra. Compliance Trabalhista: política de sanções disciplinares e a justa causa. 1. ed. São Paulo: Habitus, 2021.

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: Novos Paradigmas Hermenêuticos do Direito do Trabalho

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: Teoria do Ordenamento Jurídico e o Direito do Trabalho. Fontes no direito do trabalho. Princípios do Direito do Trabalho. Hermenêutica Jurídica. Interpretação, Aplicação e Integração.

4. Objetivo: estimular a pesquisa e o estudo de questões relativas as relações de trabalho, com ênfase no contrato de trabalho, segundo a importância deste importante negócio jurídico no mundo contemporâneo, notadamente em face as novas realidades, impondo-se assim uma análise sob nova ótica.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Teoria do Ordenamento Jurídico e o Direito do Trabalho –Autonomia do Direito do Trabalho; Teorias do Direito: Positivismo, Juspositivismo e Teoria Crítica; Teoria da norma jurídica: repertório, sistema e estrutura. Hierarquia Normativa.



5.2. Teoria dos Princípios. Fontes no direito do trabalho e Princípios Gerais do Direito. Princípio da Dignidade Humana. Princípios do Direito do Trabalho. Princípio de Proteção e Tutela. Princípio da Irrenunciabilidade. Princípio de Continuidade. Princípio da Primazia da Realidade. Princípio da Razoabilidade. Princípio da Boa-Fé. Princípio de Colaboração.

5.3. Hermenêutica Jurídica. Interpretação. Métodos. Métodos de integração: analogia, princípios gerais de direito e equidade. Aplicação do Direito do Trabalho no tempo e no espaço.

5.4. Direito Emergencial do Trabalho. Reforma trabalhista. Lei da Liberdade Econômica. Direito do Trabalho de Exceção. Direito do Trabalho Pandêmico. Integração com o Ordenamento Jurídico ordinário. Novas formas de interpretação do Direito do Trabalho.

5.5. Relação de Emprego e COVID-19. Direito do grupo de risco e do coabitante com grupo de risco à manutenção no trabalho em homeoffice. Direito da gestante (Lei 14.151/2021). Covid e acidente do trabalho. Precedentes.

5.6. Direito do Trabalho 4.0. Inteligência Artificial. Revolução Digital. Economia colaborativa. Novas formas de trabalho. Job sharing. Trabalho em plataformas. Work on demand. Novas formas de emprego.

5.7. Jornada de trabalho flexível. Controle de ponto por exceção. Jornada espanhola. Jornada 12x36. Direito à desconexão. Dano moral existencial. Compatibilização com o Direito do Trabalho. Ergonomia.

6. Bibliografia:

Básica:

TRINDADE, Rodrigo; PRITSCH, Cesar. Direito Emergencial do Trabalho. 1. ed. São Paulo: RT, 2020.

SOUZA Júnior, Antonio Umberto de; GASPAR, Danilo Gonçalves; COELHO, Fabiano; MIZIARA, Raphael. Direito do Trabalho de Emergência - Impactos da Covid-19 no Direito do Trabalho. 1. ed. São Paulo: RT, 2020.

NAHAS, Thereza. Novo Direito do Trabalho - Institutos Fundamentais. 1. ed. São Paulo: RT, 2017,

BASILE, César. Direito do trabalho: teoria geral a segurança e saúde. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

BRANCO, Ana Paula Tauceda. A colisão de princípios constitucionais no direito do trabalho. São Paulo: LTr, 2007.

DELGADO, Mauricio Godinho. Princípios de direito individual e coletivo do trabalho. 4 ed. São Paulo: LTr, 2013.

FERRAZ Júnior, Tércio Sampaio. Introdução ao Estudo do Direito: técnica, decisão, dominação. 10 ed. São Paulo, Atlas, 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Princípios de direito do trabalho. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.



GOMES, Ana Virgínia Moreira. A Aplicação do Princípio Protetor no Direito do Trabalho. São Paulo, LTr, 2001.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho. Relações individuais e coletivas do trabalho. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

PLÁ RODRIGUEZ, Américo. Princípios de direito do trabalho. 4 ed. atual. São Paulo: LTr, 2015.

SUSSEKIND, Arnaldo; MARANHÃO, Délio; VIANNA, Segadas & LIMA Teixeira. Instituições de Direito do Trabalho. São Paulo: LTr, 2005.

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: Direito Previdenciário

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: Direito Previdenciário: Regime jurídico constitucional do sistema previdenciário brasileiro. Distinções entre os diversos regimes previdenciários no direito positivo brasileiro. Análise do regime geral de previdência social: beneficiários, prestações e disposições gerais, com destaque para as recentes alterações legislativas e jurisprudenciais. Financiamento da seguridade social, com ênfase nas contribuições previdenciárias stritu sensu.

4. Objetivo: Estimular a pesquisa e o estudo de questões relativas às relações de trabalho, com ênfase no contrato de trabalho, segundo a importância deste importante negócio jurídico no mundo contemporâneo, notadamente em face as novas realidades, impondo-se assim uma análise sob nova ótica. Ademais, apresentar uma visão teórica e prática do direito previdenciário ligada à proteção do trabalhador, com o intuito de permitir ao profissional ampliar sua área de atuação.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Evolução da proteção social no mundo e no Brasil; Os direitos fundamentais de segunda geração; disposições constitucionais sobre a seguridade social: princípios, áreas componentes (noções gerais); previdência social: disposições constitucionais sobre o regime geral, os regimes próprios e a previdência complementar;

5.2. Sujeitos protegidos: segurados e dependentes. Dinâmica da relação jurídica previdenciária: aquisição, manutenção e perda da qualidade de segurado.

5.3. Introdução ao estudo das prestações: carência, cálculo do valor do benefício, manutenção da prestação, classificação dos benefícios segundo o risco social coberto.



- 5.4. Benefícios por incapacidade (benefício por incapacidade temporária/auxílio-doença, benefício por incapacidade permanente/aposentadoria por invalidez e auxílio-acidente).
- 5.5. Aposentadorias programáveis (aposentadoria por idade com tempo mínimo de contribuição e aposentadoria especial).
- 5.6. Pensão por morte, auxílio-reclusão, proteção à maternidade e a família.
- 5.7. Noções sobre o benefício assistencial de prestação continuada.
- 5.8. Disposições constitucionais relacionadas ao custeio da seguridade social (art. 195 da CF); contribuição previdenciária dos trabalhadores e demais segurados do RGPS.
- 5.9. Contribuição das empresas sobre a folha de salários e demais rendimentos; responsabilidade pelo recolhimento das contribuições previdenciárias.

6. Bibliografia:

Básica

AMADO, Frederico. Curso de Direito e Processo Previdenciário. 14 ed. São Paulo: Juspodium, 2021.

LENZA, Pedro; SANTOS, Marisa Ferreira. Direito Previdenciário Esquematizado. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

Marques, Carlos Gustavo Moimaz. A construção do sistema de seguridade social à luz dos paradigmas constitucionais. Revista da AJURIS 44.142 (2017): 13-42. Disponível em: http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_informativo/bibli_inf_2006/Rev-AJURIS_142.01.pdf

PIERDONÁ, Zélia Luiza. O Sistema de seguridade social brasileiro. In: Marco Antônio César Villatore; Francisca Moreno Romero. (Org.). III Encontro de Internacionalização do CONPEDI / Madrid / Espanha. Madrid: Ediciones Laborum, 2015, pp. 87-104. Disponível em: <https://www.conpedi.org.br/wp-content/uploads/2016/03/Vol.-6-Madrid.pdf>

ROCHA, Daniel Machado da; BALTAZAR, José Paulo Junior. Comentários à lei de benefícios da previdência social. 19 ed. São Paulo: Atlas, 2021.

Complementar:

BALERA, Wagner. Sistema de Seguridade Social. 8 ed. São Paulo: Ltr, 2016.

BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 32 ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2017.

CASTRO, Carlos Alberto Pereira de; LAZZARI, João Batista. Manual de Direito Previdenciário. 24 ed. São Paulo: Forense, 2020.



PIERDONÁ, Zélia Luiza. As contribuições de seguridade social na Constituição brasileira. PASIN, João Bosco Coelho; MARTINS, Ives Gandra da Silva (coords.). Direito financeiro e tributário comparado: estudos em homenagem a Eusébio González García. São Paulo: Saraiva (2014): 547-564.

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: Relação de Emprego e Contrato de Trabalho

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: Direito Material. Subordinação e Parasubordinação. Relações de Trabalho. Relações de Emprego. Sujeitos do Contrato. Administração Pública na qualidade de empregador. Garantias no Emprego e Estabilidades.

4. Objetivo: Estimular a pesquisa e o estudo de questões relativas as relações de trabalho, com ênfase no contrato de trabalho, segundo a importância deste importante negócio jurídico no mundo contemporâneo, notadamente em face as novas realidades, impondo-se assim uma análise sob nova ótica.

5. Conteúdo Programático:

- 5.1. Trabalho subordinado: relação de trabalho e relação de emprego
- 5.2. Terceirização e Cooperativas de Trabalho
- 5.3. O código Civil aplicado ao Direito do Trabalho
- 5.4. Liberdade Contratual e novos tipos de contratos de trabalho
- 5.5. Sujeitos da Relação de trabalho: trabalhador
- 5.6. Empregador, Grupo Econômico e Sucessão Trabalhista
- 5.7. A Administração Pública na qualidade de empregador
- 5.8. Garantias de Emprego

5. Bibliografia:

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Direito penal do trabalho. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 11 ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho. Direito coletivo do trabalho. 7 ed. São Paulo: LTr, 2017.



LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, Homero Batista Mateus da. Curso de direito do trabalho aplicado: justiça do trabalho, v. 8. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. **Nome da Disciplina:** Contrato de Trabalho e CLT
2. **Carga Horária:** 32h/a
3. **Ementa:** Direito Material. Contrato de Trabalho. Jornada. Remuneração. Dano Moral trabalhista. Fim do contrato de Trabalho. Decadência e Prescrição.
4. **Objetivo:** Estimular a pesquisa e o estudo de questões relativas as relações de trabalho, com ênfase no contrato de trabalho, segundo a importância deste importante negócio jurídico no mundo contemporâneo, notadamente em face as novas realidades, impondo-se assim uma análise sob nova ótica.
5. **Conteúdo Programático:**
 - 5.1. Remuneração e Salário
 - 5.2. Duração do Trabalho
 - 5.3. Alteração, suspensão e interrupção do contrato de trabalho
 - 5.4. Formas de invalidade do contrato de trabalho
 - 5.5. Extinção do Contrato de Trabalho
 - 5.6. Responsabilidade Civil no Direito do Trabalho
 - 5.7. Dano Moral na relação de trabalho
 - 5.8. Prescrição Trabalhista



6. Bibliografia:

ANDREUCCI, Ricardo Antonio. Direito penal do trabalho. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BARROS, Alice Monteiro de. Curso de direito do trabalho. 11 ed. São Paulo: LTr, 2017.

DELGADO, Mauricio Godinho. Direito coletivo do trabalho. 7 ed. São Paulo: LTr, 2017.

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de direito processual do trabalho. 19 ed. São Paulo: Saraiva, 2021.

MARTINEZ, Luciano. Curso de direito do trabalho. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, Homero Batista Mateus da. Curso de direito do trabalho aplicado: justiça do trabalho, v. 8. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: Direito Sindical e Negociação Coletiva.

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: Análise crítica sobre a estrutura sindical em nível internacional e no Brasil, mediante estudo aprofundado da evolução histórica, da principiologia e da legislação correspondente. Proporcionar ao aluno uma visão panorâmica do Direito Sindical – Teórico e Prático, seu dinamismo, efetividade e aplicabilidade.

4. Objetivo: Estimular a pesquisa e o estudo de questões relativas as relações de trabalho, com ênfase no contrato de trabalho, segundo a importância deste importante negócio jurídico no mundo contemporâneo, notadamente em face as novas realidades, impondo-se assim uma análise sob nova ótica.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Aspectos gerais do Direito Sindical e as Transformações do Direito do Trabalho. Liberdade Sindical.

5.2. Organização Sindical brasileira e as centrais sindicais. O cenário pós-reforma Trabalhista.

5.3. Negociação Coletiva



5.4. Direito de Greve

5.5. Dissídio coletivo e poder normativo da Justiça do Trabalho

5.6. A defesa judicial dos interesses coletivos e individuais da categoria pelo sindicato

5.7. Mandado de Segurança coletivo. Ação anulatória. Ações possessórias decorrentes da Greve

5.8. Direito Sindical na Administração Pública

6. Bibliografia:

DELGADO, Maurício Godinho. Direito Coletivo do Trabalho. 7. ed. São Paulo: LTr, 2017.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Compêndio de Direito Sindical. 8. ed. São Paulo: LTr, 2015.

SILVA, Homero Batista Mateus da. Curso de Direito do Trabalho Aplicado. v. 7. Direito Coletivo do Trabalho. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

MASSONI, Túlio; COLUMBU, Francesca (Org.). Sindicatos e Autonomia Privada Coletiva: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Almedina, 2017.

GIUGNI, Gino. Direito Sindical. São Paulo: LTr, 2001.

MARTINEZ, Luciano. Condutas antissindicais. São Paulo: Saraiva, 2012.

AROUCA, José Carlos. Curso Básico de Direito Sindical. 5 ed. São Paulo: Ltr, 2016

AROUCA, José Carlos. O Sindicalismo em um mundo globalizado. São Paulo: Ltr, 2004

DELGADO, Mauricio Godinho. Direto Coletivo do Trabalho. 7 ed. São Paulo: LTr, 2017

GONÇALVES, Lilian. Ultratividade das Cláusulas Normativas. São Paulo: Ltr. 2008

MELO, Raimundo Simão. A Greve no Direito Brasileiro. 3 ed. São Paulo: Ltr, 2011.

MELO, Raimundo Simão. Processo Coletivo do Trabalho. 3 ed. São Paulo: Ltr, 2013

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Compêndio de direito sindical. 8 ed. São Paulo: LTr, 2015

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Liberdade Sindical e Representação dos Trabalhadores nos Locais de Trabalho. São Paulo: Ltr, 2000.



IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: Prevenção e Solução de Conflitos Trabalhistas

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: A partir do estudo das formas de solução dos conflitos trabalhistas, fomentar a análise crítica da atuação jurisdicional e da competência da Justiça do Trabalho, tendo como base os princípios constitucionais do processo, prosseguindo na formação e desenvolvimento da relação jurídica processual trabalhista, finalizando com o estudo aprofundado da ética processual.

4. Objetivo: Estimular a pesquisa e o estudo de questões relativas as relações de trabalho, com ênfase no contrato de trabalho, segundo a importância deste importante negócio jurídico no mundo contemporâneo, notadamente em face as novas realidades, impondo-se assim uma análise sob nova ótica.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Formas de solução de conflitos trabalhistas

5.2. Jurisdição e competência trabalhista

5.3. Princípios constitucionais do processo.

5.4. Formação, suspensão e extinção do processo trabalhista – parte I (relação jurídica processual, formação e sujeitos)

5.5. Formação, suspensão e extinção do processo trabalhista – parte II (suspensão e extinção do processo)

5.6. Atos e nulidades processuais.

5.7. Reformas processuais

5.8. Ética processual.

6. Bibliografia:

básica

CINTRA, Antonio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini; DINAMARCO, Cândido Rangel. Teoria geral do processo. 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2014

LEITE, Carlos Henrique Bezerra, Curso de Direito Processual do Trabalho. 19 ed. São Paulo: LTr, 2021



NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de direito processual do trabalho. 29 ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SAAD, Eduardo Gabriel; SAAD, José Eduardo Duarte; BRANCO, Ana Maria Saad Castello. CLT Comentada. 50 ed. São Paulo: LTr, 2018

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Execução no Processo do Trabalho. 12 ed. São Paulo: LTr., 2017

Complementar

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2020

GIGLIO, Wagner; CORRÊA, Claudia Giglio Veltri. Direito processual do trabalho. São Paulo: Saraiva.2009

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 59 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina: Procedimentos comum e especial

2. Carga Horária: 32h/a

3. Ementa: Análise crítica de todas as fases da relação jurídica processual - fase postulatória, fase instrutória, fase decisória e fase recursal), com a apresentação dos enfoques legais, doutrinários e jurisprudenciais. Estudo dos procedimentos especiais em primeiro grau de jurisdição e nas Cortes Trabalhistas, adentrando às tutelas de urgência e finalizando com o estudo aprofundado das medidas cautelares no Direito Processual do Trabalho.

4. Objetivo: Estimular a pesquisa e o estudo de questões relativas as relações de trabalho, com ênfase no contrato de trabalho, segundo a importância deste importante negócio jurídico no mundo contemporâneo, notadamente em face as novas realidades, impondo-se assim uma análise sob nova ótica.

5. Conteúdo Programático:

5.1. O Sistema Processual e a Integração do Processo Civil e do Processo do Trabalho

5.2. Fase postulatória no Direito Processual do Trabalho (teoria geral, intervenção de terceiros no Direito Processual do Trabalho)

5.3. Tutela Provisória

5.4. Fase instrutória no Direito Processual do Trabalho – (teoria geral e provas em espécie)



- 5.5. Fase decisória no Direito Processual do Trabalho - Sentença e coisa julgada.
- 5.6. Procedimentos especiais em primeiro grau de jurisdição.
- 5.7. Ação Rescisória. Ação de Cumprimento. Mandado de Segurança.
- 5.8. Ações Coletivas

6 - Bibliografia:

básica

JORGE NETO, Francisco Ferreira. CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito Processual do Trabalho. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. 17ª ed. São Paulo: Juspodivm, 2021.

SILVA, Homero Batista Mateus da. Comentários à Reforma Trabalhista – análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. 19. ed. São Paulo: LTr, 2021.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Execução no Processo do Trabalho. 12 ed. São Paulo: LTr., 2017

Complementar

SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea Boari; ASSIS, Carlos Augusto de; FERNANDES, Luis Eduardo Simardi; DELLORE, Luiz. Teoria Geral do Processo Contemporâneo. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 59 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

- 1. Nome da Disciplina: Recursos Trabalhistas**
- 2. Carga Horária: 32h/a**



3. Ementa: Análise crítica de todas as fases e tipologias Recursais da relação jurídica processual trabalhista, com a apresentação dos enfoques legais, doutrinários e jurisprudenciais.

4. Objetivo: Estimular a pesquisa e o estudo de questões relativas as relações de trabalho, com ênfase no contrato de trabalho, segundo a importância deste importante negócio jurídico no mundo contemporâneo, notadamente em face as novas realidades, impondo-se assim uma análise sob nova ótica.

5. Conteúdo Programático:

- 5.1. Fase recursal no Direito Processual do Trabalho – Parte I (teoria geral dos recursos)
- 5.2. Fase recursal no Direito Processual do Trabalho – Parte II (recursos de natureza ordinária)
- 5.3. Fase recursal no Direito Processual do Trabalho – Parte II (recursos de natureza ordinária)
- 5.4. Fase recursal no Direito Processual do Trabalho – Parte III (recursos de natureza extraordinária)
- 5.5. Fase recursal no Direito Processual do Trabalho – Parte III (recursos de natureza extraordinária)
- 5.6. Fase recursal no Direito Processual do Trabalho – Parte IV (agravo)
- 5.7. Normas processuais internas dos Tribunais do Trabalho.
- 5.8. Recursos inerentes à fase de Liquidação e Execução.

6 Bibliografia:

básica

JORGE NETO, Francisco Ferreira. CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito Processual do Trabalho. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. 17ª ed. São Paulo: Juspodivm, 2021.

SILVA, Homero Batista Mateus da. Comentários à Reforma Trabalhista – análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. 19. ed. São Paulo: LTr, 2021.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Execução no Processo do Trabalho. 12 ed. São Paulo: LTr., 2017

Complementar



SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea Boari; ASSIS, Carlos Augusto de; FERNANDES, Luis Eduardo Simardi; DELLORE, Luiz. Teoria Geral do Processo Contemporâneo. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 59 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA

1. Nome da Disciplina Execução trabalhista

2. Carga Horária: 32h/a

3. **Ementa:** Execução trabalhista. A matéria visa estudar e aprofundar os procedimentos de efetivação do crédito trabalhista representado por um título executivo, os sujeitos ativo e passivo desta fase processual e os meios impugnativos à pretensão executiva.

4. **Objetivo:** Estimular a pesquisa e o estudo de questões relativas as relações de trabalho, com ênfase no contrato de trabalho, segundo a importância deste importante negócio jurídico no mundo contemporâneo, notadamente em face as novas realidades, impondo-se assim uma análise sob nova ótica.

5. Conteúdo Programático:

5.1. Teoria Geral da Execução.

5.2. Legitimidade passiva da execução. Desconsideração da Personalidade Jurídica e Responsabilidade patrimonial dos sócios.

5.3. Execução contra devedor solvente. - Parte I (Garantia da execução. Formas de constrição judicial. Depósito. Bens impenhoráveis.)

5.4. Execução contra devedor solvente. - Parte II (Meios impugnativos à constrição judicial. Alienação judicial de bens e seus respectivos meios impugnativos. Agravo de petição).

5.5. Execução contra devedor solvente. - Parte III (Execução provisória. Protesto judicial. Hipoteca Judiciária. Suspensão e Extinção da execução. Emissão de certidão de crédito. Nova ação de execução) e execução contra devedor insolvente.

5.6. Execução de obrigações de fazer, não fazer e entrega de coisa certa e incerta. Execução de obrigações sucessivas.

5.7. Execução de contribuições previdenciárias e fiscais decorrentes da decisão proferida pela Justiça do Trabalho.



5.8. A fase de cumprimento da sentença do Código de Processo Civil e sua aplicabilidade no Processo do Trabalho.

6. Bibliografia:

básica

JORGE NETO, Francisco Ferreira. CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. Direito Processual do Trabalho. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SCHIAVI, Mauro. Manual de Direito Processual do Trabalho. 17ª ed. São Paulo: Juspodivm, 2021.

SILVA, Homero Batista Mateus da. Comentários à Reforma Trabalhista – análise da Lei 13.467/2017 – artigo por artigo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017

LEITE, Carlos Henrique Bezerra. Curso de Direito Processual do Trabalho. 19. ed. São Paulo: LTr, 2021.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Curso de Direito Processual do Trabalho. 29. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

TEIXEIRA FILHO, Manoel Antonio. Execução no Processo do Trabalho. 12 ed. São Paulo: LTr., 2017

Complementar

SOUZA, André Pagani de; CARACIOLA, Andrea Boari; ASSIS, Carlos Augusto de; FERNANDES, Luis Eduardo Simardi; DELLORE, Luiz. Teoria Geral do Processo Contemporâneo. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ALMEIDA, Amador Paes de. Curso Prático de Processo do Trabalho. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

THEODORO JUNIOR, Humberto. Curso de Direito Processual Civil. 59 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.



IDENTIFICAÇÃO DO COMPONENTE CURRICULAR

1. **Nome da Disciplina:** Aplicação do Conhecimento (Trabalho de Conclusão de Curso)
2. **Carga Horária:** 48h/a
3. **Ementa:** O/A aluno/a deverá optar entre escrever um artigo científico ou produzir um plano de carreira.

ARTIGO CIENTÍFICO

Escolha do tema. Monografia/revisão de literatura e estudo de caso. Pesquisa quantitativa e qualitativa. Estrutura: elementos pré e pós textuais. Linguagem e etapas de construção do artigo científico. Introdução, desenvolvimento e conclusão do artigo. Problemas mais comuns na redação do artigo científico.

PLANO DE CARREIRA

Formação, profissão e carreira. O perfil do profissional do Direito “4.0”. Comunicação estratégica. Liderança e gestão de equipes jurídicas. Planejamento estratégico de empresas. Implementação e gestão de escritórios de advocacia. Desempenho e colocação profissional pós-formação. Planejamento de carreira.

4. Objetivo:

ARTIGO CIENTÍFICO

O componente curricular busca oferecer os principais parâmetros para elaboração de um artigo científico, a ser entregue ao final do componente. O/A aluno/a irá conhecer a parte conceitual da elaboração de um artigo científico, o raciocínio a respeito da metodologia aplicada e as premissas para a escolha de um bom tema de pesquisa, além de ter acesso às informações técnicas e de linguagem apropriada para sua adequada composição e apresentação.

PLANO DE CARREIRA



Universidade Presbiteriana

Mackenzie

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Coordenadoria de Educação Continuada

Estimular o desenvolvimento pessoal necessário à construção de uma carreira profissional, com a compreensão dos desafios inerentes à implementação da trajetória profissional pós-graduação nos mais diferentes segmentos do mercado jurídico.